

**PROJETO: “APOIO A CRIAÇÃO DE MOSAICOS DE UCS
NO CORREDOR DA SERRA DO MAR”**

**CONTRATO: INSTITUTO AMIGOS RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA/
CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND (IA-RBMA / CEPF)**

**PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DO MOSAICO
DA MATA ATLÂNTICA CENTRAL FLUMINENSE**

Novembro/ 2006

PROJETO: “APOIO A CRIAÇÃO DE MOSAICOS DE UCS NO CORREDOR DA SERRA DO MAR”

**CONTRATO: INSTITUTO AMIGOS RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA/
CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND (IA-RBMA / CEPF)**

PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DO MOSAICO DA MATA ATLÂNTICA CENTRAL FLUMINENSE

Justificativa

A relevância da proteção e utilização sustentável dos fragmentos remanescentes de Mata Atlântica como estratégia de conservação da biodiversidade e da sociodiversidade já está definida nacional e internacionalmente. Muitos estudos caracterizam este bioma como prioritário para a conservação no mundo. Dentre dezoito pontos críticos identificados no planeta por Wilson (1992), a costa do Brasil é caracterizada como uma das principais áreas remanescentes de alta biodiversidade. Myers et al. (2000) e a Conservation International (2005), a partir de parâmetros relacionados à biodiversidade e ao nível de degradação ambiental, identificam a Mata Atlântica do sudeste do Brasil como um dos biomas que devem receber prioridade no contexto da conservação biológica. Grande parte da Mata Atlântica é considerada Reserva da Biosfera pela UNESCO, indicando a prioridade para a conservação e o desenvolvimento sustentável

O bioma da Mata Atlântica é um complexo de formações composto por um conjunto de ecossistemas altamente alterados pela ação humana, da qual resulta um mosaico de paisagem com fragmentos vegetais de diferentes tamanhos, formas, condições ecológicas e níveis de conservação e pressão distintos.

Neste conjunto de ecossistemas, determinadas regiões são consideradas prioritárias para conservação, como o Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar, que abrange grande parte do Rio de Janeiro, além do litoral de São Paulo, o sul de Minas Gerais e o extremo norte do Paraná. Este fato está associado às boas condições de conservação de diversas áreas dessa região, que se refletem em um alto grau de diversidade biológica, na existência de endemismos e na ocorrência de espécies raras e ameaçadas de extinção nos ecossistemas regionais. Está associado também à interação intensa desses recursos com a ação humana, já que o Corredor da Serra do Mar engloba algumas das áreas mais densamente populosas do Brasil. Neste Corredor concentram-se importantes fragmentos florestais, além de uma vasta diversidade sócio cultural em interação com estes fragmentos. A conservação destes fragmentos é fundamental para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica.

PROJETO: “APOIO A CRIAÇÃO DE MOSAICOS DE UCS NO CORREDOR DA SERRA DO MAR”

CONTRATO: INSTITUTO AMIGOS RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA/
CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND (IA-RBMA / CEPF)

Em especial, determinadas porções do Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar têm sido consideradas como de prioridade extrema para conservação. Entre essas áreas, a região proposta para o **Mosaico de Unidades de Conservação da Mata Atlântica Central Fluminense**, que abrange a Serra dos Órgãos e se estende do Maciço do Tinguá até Macaé de Cima, incluindo a parte leste da Baía de Guanabara, merecem destaque.

As características excepcionais da Serra dos Órgãos e sua importância ecológica levaram o Ministério do Meio Ambiente a reconhecê-la como área prioritária para conservação (MMA, 2002). O workshop "Avaliação e ações prioritárias para a conservação do Bioma Floresta Atlântica e Campos Sulinos", que subsidiou a publicação do MMA, identificou a região da Serra dos Órgãos como de extrema importância biológica para todos os grupos temáticos analisados (Vegetação e Flora, Invertebrados, Peixes, Répteis e Anfíbios, Aves, Mamíferos e Fatores Abióticos). Segundo o PROBIO, a região também é prioritária para conservação “com expressiva riqueza de invertebrados, endemismo e espécies ameaçadas de mamíferos, répteis e anfíbios” (Relatório 1996-2002). Outro documento do MMA, que subsidiou a elaboração do Mapa de Áreas Prioritárias para Conservação no Brasil, intitulado *Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira* considera esta região como de Prioridade de Conservação e Uso Sustentável – **Extremamente Alta**, e nesta categoria estão incluídas tanto as áreas florestadas das encostas da Serra do Mar que se estendem do Tinguá até Macaé de Cima, como a região dos mangues da Baía de Guanabara. Estes mangues ainda são protegidos pelo Código Florestal, pois são considerados Áreas de Preservação Permanente. A situação prioritária para conservação dos mangues da Baía de Guanabara levaram ao estabelecimento de ações importantes de um grande programa de conservação dos mangues, o GEF Mangue, cujo objetivo é promover a conservação e uso sustentável de ecossistemas manguezais no Brasil.

Características Geobiofísicas do Mosaico

Grande parte desta prioridade de conservação relaciona-se às características geobiofísicas dessa região. Na parte montanhosa do Mosaico predominam os ecossistemas florestais, formados por fragmentos de Mata Atlântica, enquanto na parte inferior predominam os ecossistemas de mangue, especialmente na região de Guapimirim, onde se tem importante remanescente de um desses ecossistemas, representado pelos manguezais de Guapimirim, inseridos na APA de mesmo nome.

PROJETO: “APOIO A CRIAÇÃO DE MOSAICOS DE UCS NO CORREDOR DA SERRA DO MAR”

**CONTRATO: INSTITUTO AMIGOS RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA/
CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND (IA-RBMA / CEPF)**

A região serrana que compõe o mosaico está na faixa de dobramento remobilizado formado por escarpas e reversos da Serra do Mar, que formam uma série de contrafortes isolados desta serra. Destacam-se a Serra do Tinguá, no extremo oeste, a Serra das Araras e Serra da Maria Comprida, na área de Petrópolis, a Serra dos Órgãos, com seus grandes Picos e a Serra de Três Picos, ponto culminante do Mosaico. A porção central da APA Petrópolis e os reversos do PARNASO e PETP, correspondente ao conjunto de vales que drenam para o rio Piabanha, são compostos por morrotes ou formações montanhosas de porte menor porte. O relevo é bastante característico, indo de áreas próximas à cota 200 e chegando a cota de 1600 metros de altitude na REBIO Tinguá (Pico do Tinguá), quase 1980 metros na APA Petrópolis (pico da Maria Comprida), 2.263 metros no PARNASO (Pedra do Sino) e 2316 metros nos três Picos que dão nome ao PETP. As encostas apresentam grande declividade e os rios que drenam os maciços apresentam-se encaixados no relevo, formando canais estreitos, porém profundos e encostas que seguem de grandes altitudes à base dos maciços montanhosos, freqüentemente cobertas por florestas e paredões rochosos.

No caso das regiões de baixada, estas são formadas por sedimentos flúvio-marinhos, derivados de deposições em grande parte vindas das regiões serranas. Representam as saídas das bacias hidrográficas. Neste contexto se insere a APA Guapimirim e a ESEC Guanabara, no centro da APA. Estas UCs localizam-se na região da foz de diversos rios, que nessa porção do Mosaico apresentam aspecto meandrítico, com baixo nível de energia. Há deposição de sedimentos finos que possibilitam a tomada das margens por vegetação de manguezal. A partir desses rios, os manguezais são cortados por canais que se inter cruzam, formando uma rede de irrigação. Esses rios são oriundos do alto das serras que compõe a bacia da Baía de Guanabara, sendo os principais elos de ligação das regiões de baixada com as demais áreas do mosaico. A gestão da APA Guapimirim e da ESEC Guanabara, portanto, depende diretamente da gestão das demais UCs do mosaico, que têm parte de suas áreas drenando para ela. Neste contexto, a APA de Macacu e de Guapi-Guapiaçu apresentam uma situação ambiental ambígua, com grande parte de condições semelhantes às encontradas nas UCs serranas, mas com a parte baixa formada por manguezais e apresentando características semelhantes as da APA Guapimirim, onde desembocam e se sobrepõem. Além disso, estas UCs apresentam ambientes de mar de morros, ou morros em meia laranja, que definem os resquílios arrasados da Serra do mar. Esse ambiente apresenta uma dinâmica distinta, com a ocorrência freqüente de alagamentos e uma ocupação relacionada à agricultura e pecuária, que praticamente eliminou os ecossistemas de florestas paludosas que dominavam esses ambientes.

Devido a sua extensão relativamente grande e a sua variação altitudinal expressiva, a área

PROJETO: “APOIO A CRIAÇÃO DE MOSAICOS DE UCS NO CORREDOR DA SERRA DO MAR”

CONTRATO: INSTITUTO AMIGOS RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA/
CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND (IA-RBMA / CEPF)

de abrangência do Mosaico apresenta variações climáticas importantes. As áreas de baixada se enquadram no domínio morfoclimático Tropical Quente, sem nenhum mês seco no ano e média anual de precipitação em torno de 1200 mm. O Tropical Atlântico é o domínio a que pertencem as áreas no pé das serras e o Tropical de Altitude, com uma curta estação seca (quanto mais alto, menos a estação seca é significativa), nas porções superiores.

A vegetação predominante no Mosaico varia desde manguezais, passando por florestas de baixada (quase extintas) e florestas de encostas. As florestas podem ser classificadas como Floresta Ombrófila Densa (IBGE 1993), mas apresentando grande diferenciação altitudinal. Na caracterização fisionômico-florística desta cobertura vegetal, utilizando a terminologia empregada por Veloso *et al.* (1991), foram reconhecidas as seguintes formações: Floresta Submontana, Floresta Montana, Floresta Alto Montana e Campos de Altitude, cuja variação está relacionada à variação de faixas de altitude e correspondentes alterações na temperatura e pluviometria das áreas.

A formação florestal caracteriza-se por perenifólia, já que essas florestas estão em ambientes sem períodos de seca ou com períodos curtos, menores que dois meses.

Há ainda importantes áreas de vegetação rupestre ou rupícula, que colonizam os afloramentos rochosos e apresentam importantes graus de diversidade biológica e endemismos.

A grande diversidade vegetal está associada a uma importante diversidade animal. Desse modo, a região serrana do Mosaico apresenta fauna abundante e diversa, sendo refúgio de várias espécies animais, muitas ameaçadas de extinção.

Características Sócio-ambientais do Mosaico

Além de uma variação gebiofísica relevante, o Mosaico apresenta diversas realidades sociais associadas a um complexo urbano-industrial e de serviços, entrecortado por áreas específicas de agricultura e pecuária.

Há uma grande parte da população da área do Mosaico e seu entorno que vive em condições de pobreza e miséria, muitas vezes em locais onde as **condições ambientais**.

Uma característica marcante do Mosaico são os aglomerados populacionais existentes em alguns municípios, com destaque para Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo e São Gonçalo. Além disso, são importantes em muitas áreas do Mosaico as pequenas propriedades rurais (sobretudo no cinturão verde - em Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu) com atividades agropecuárias, geralmente de grande potencial para a degradação ambiental por utilizarem técnicas de produção nocivas à conservação. Por fim, em muitas áreas há problemas derivados da ocupação do solo por indústrias, devido ao potencial

PROJETO: “APOIO A CRIAÇÃO DE MOSAICOS DE UCS NO CORREDOR DA SERRA DO MAR”

CONTRATO: INSTITUTO AMIGOS RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA/
CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND (IA-RBMA / CEPF)

poluidor de muitas destas e do risco de acidentes, comuns na região.

O mosaico proposto abrange área de 13 municípios de 4 diferentes regiões de governo, que juntos possuem mais de 3,7 milhões de habitantes. Trata-se de uma área com população 97% urbana e de alta densidade demográfica, (tabela 1). Porém existem grandes áreas de população rarefeita, com importantes representações locais de atividades agropecuárias.

Região de Governo	Municípios	Área (Km ²)	População Total	População urbana	População rural	Densidade Demográfica (hab/ Km ²)
	Duque de Caxias	468,3	775.456	772.327	3.129	1.656
	Guapimirim	361,9	37.952	25.593	12.359	105
	Itaboraí	429,3	187.479	177.260	10.219	437
	Japeri	81,4	83.278	83.278	-	1.023
	Magé	386,8	205.830	193.851	11.979	532
	Nova Iguaçu	520,5	920.599	920.599	-	1.769
	São Gonçalo	248,7	891.119	891.119	-	3.583
	Nova Friburgo	938,5	173.418	151.851	21.567	185
	Petrópolis	797,1	286.537	270.671	15.866	359
	Teresópolis	772,9	138.081	115.198	22.883	179
Região Centro Sul	Miguel Pereira	287,9	23.902	20.081	3821	83
	São José do Vale do Rio Preto	220,9	19.278	9.007	10.271	87
Região das Baixadas Litorâneas	Cachoeiras de Macacu	956,8	48.543	41.117	7.426	47,5
Totais		6.471,00	3.791.472	3.671.952	119.520	586

Deve ser ressaltado que isto não significa que o Mosaico está sob pressão direta de 3,7 milhões de pessoas, pois grande parte dos centros urbanos dos municípios da baixada estão fora da área do mosaico. Entretanto, esse número de habitantes permite avaliar a posição das UCs do ponto de vista dos desafios de conservação em uma área ocupada por grandes cidades e intensa atividade econômica. Da mesma forma a área do mosaico não corresponde à área dos municípios, mas estas são apresentadas para se entender o contexto sócio econômico que envolve a região do Mosaico.

Localização e Composição do Mosaico

Em função deste aglomerado urbano-industrial e das vastas áreas voltadas a agropecuária, a pressão sobre os remanescentes florestais é bastante intensa. Desta forma, o padrão da paisagem é mosaicado, com a vegetação formando fragmentos.

Como consequência desta combinação de áreas de grande relevância para conservação com uma paisagem fragmentada e grande pressão sobre os recursos naturais por parte das

PROJETO: “APOIO A CRIAÇÃO DE MOSAICOS DE UCS NO CORREDOR DA SERRA DO MAR”

CONTRATO: INSTITUTO AMIGOS RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA/
CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND (IA-RBMA / CEPF)

atividades humanas, a região proposta para o **Mosaico** apresenta uma concentração de Unidades de Conservação. Predominam as UCs de proteção integral nas áreas com grandes fragmentos de mata e núcleos conservados desses fragmentos e as UCs de uso sustentável em áreas dos entornos desses fragmentos e em áreas onde ainda existem importantes conjuntos de pequenos fragmentos de vegetação.

Portanto, há UCs de diversas categorias, geridas por diferentes esferas do poder público e mesmo por proprietários particulares, incluindo desde Reservas Biológicas até APAs. Estas UCs apresentam grande proximidade física, havendo casos diversos de sobreposição. Além disso, é comum que as UCs apresentem similaridades e complementaridades nos objetivos de conservação, de modo que a integração na gestão dessas UCs é um imperativo regional, possibilitando uma maior efetividade na implantação de políticas de fiscalização, disponibilização de informação, fomento a implantação de corredores ecológicos, fomento a pesquisa, etc. Portanto, através do presente documento as UCs dessa região propõe a criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Mata Atlântica Central Fluminense

Este Mosaico está localizado no Estado do Rio de Janeiro, Brasil (figura 2); entre as coordenadas geográficas: 22°11'57" S/ 42°31'01" W (canto superior direito) e 22°53'25" S/ 43°41'36" W (canto inferior esquerdo). Deste modo, a área total do Mosaico e áreas de influência é de 524.162 ha.

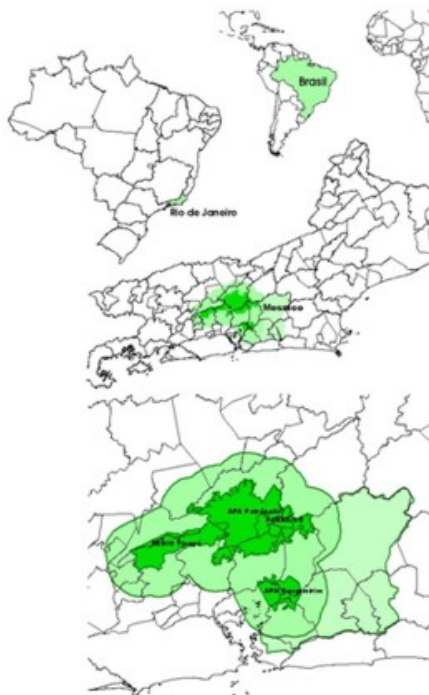


Figura 2: Localização do Mosaico proposto (figura esquemática). Em destaque as UCs, zona de amortecimento e área de influência das bacias dos rios Macacu e Caceribú.

PROJETO: “APOIO A CRIAÇÃO DE MOSAICOS DE UCS NO CORREDOR DA SERRA DO MAR”

CONTRATO: INSTITUTO AMIGOS RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA/
CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND (IA-RBMA / CEPF)

Este mosaico será formado pelas UCs listadas abaixo e apresentadas na figura 3

Unidades de Proteção Integral:

Federais:

- REBIO do Tinguá (Decreto federal- 97780/89)
- PARNA da Serra dos Órgãos (Decreto Federal- 1822/39)
- ESEC Guanabara (Decreto Federal S/Nº de 15/02/06)

Estaduais

- REBIO de Araras (Resolução Estadual SEAA 59/77)
- ESEC do Paraíso (Decreto Estadual 9803/87)
- Parque Estadual dos Três Picos (Decreto estadual 3143/02)

Municipais:

- Parque Natural Municipal da Taquara

Lei Municipal nº 1.157 /92

- Monumento Natural Pedra das Flores (Decreto Municipal 1651/06)
- ESEC Monte das Flores (Decreto Municipal 1654/06)
- Parque Natural Municipal da Araponga(Decreto Municipal 1653/06)

Particulares

- RPPN El Nagual (Portaria Federal 88/99)
- RPPN Fazenda Querência (Portaria Federal 88/99)
- RPPN Graziela Maciel Barroso (Portaria Federal 20/05)
- RPPN CEC Tinguá (Portaria Federal 176/02)

Unidades de Uso Sustentável:

Federais:

- APA Petrópolis (Decreto Federal 87561/82)
- APA Guapimirim (Decreto Federal 90225/84)

Estaduais:

- APA da Bacia do Rio dos Frades(Lei Estadual 1755/90)
- APA da Floresta do Jacarandá (Decreto Estadual 8280/85)

Municipais:

- APA Guapi-Guapiaçu– Decreto Municipal nº 620/04
- APA Maravilha (Decreto Municipal 1652/06)

São seis categorias de unidades já integradas à presente proposta de mosaico, seis Áreas de Proteção Ambiental, três Parques, duas Reservas Biológicas, duas Estações Ecológicas, um Monumento Natural e seis Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Deve ser ressaltado, que outras UCs podem integrar o Mosaico em um momento futuro, pois nem todas as RPPNs e UCs municipais existentes na região foram incluídas. Essas podem ser estimuladas pelo movimento concreto de discussões e ações envolvidos no Mosaico e virem a participar.

PROJETO: “APOIO A CRIAÇÃO DE MOSAICOS DE UCS NO CORREDOR DA SERRA DO MAR”

**CONTRATO: INSTITUTO AMIGOS RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA/
CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND (IA-RBMA / CEPF)**

Vários são os motivos para a não inclusão destas UCs, mas geralmente associados a inexistência de um grupo que respondesse pela gestão da UC.

Há grande conectividade física entre a maior parte das UCs do Mosaico. Estas apresentam uma continuidade nas áreas serranas do estado do Rio de Janeiro e uma conectividade ecossistêmica com a baixada através das APAs de Guapi-Guapiaçu e do Macacu, que se unem a APA Guapimirim e a ESEC Guanabara. A integração no Mosaico irá permitir que as APAs e a ESEC Guanabara partilhem diversos instrumentos de gestão com as demais UCs, o que possibilitará uma ação mais efetiva na conservação dos ecossistemas de mangue, brejos e florestas paludosas. O caso das UCs municipais de São José do Vale do Rio Preto é única, pois apesar de não possuir uma conectividade direta com as demais UCs do ponto de vista físico, há proximidade e interação de gestão que vem sendo bastante ampliada na discussão do Mosaico do Corredor da Mata Atlântica Central Fluminense.

PROJETO: “APOIO A CRIAÇÃO DE MOSAICOS DE UCS NO CORREDOR DA SERRA DO MAR”

CONTRATO: INSTITUTO AMIGOS RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA/ CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND (IA-RBMA / CEPF)

PROJETO: “APOIO A CRIAÇÃO DE MOSAICOS DE UCS NO CORREDOR DA SERRA DO MAR”

CONTRATO: INSTITUTO AMIGOS RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA/
CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND (IA-RBMA / CEPF)

Características gerais das UCs que compõe o Mosaico

1. UCS DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Reserva Biológica do Tinguá – Federal

Instrumento de Criação - Decreto Federal nº 97.780, de 23 de Maio de 1989.

Área decreto - 26.136 hectares.

Municípios que abrange - Japeri, Miguel Pereira, Petrópolis, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Órgão responsável pela UC - IBAMA

Profissional responsável pela UC – Chefe da REBIO - Luís Henrique dos Santos Teixeira

Documentos de Planejamento - Plano de Gestão – 1996; Plano Operacional – 2005 (Voltada a Brigada de incêndios); Plano de Manejo – Será publicado em breve

Conselho Consultivo – Existente e atuante

Estação Ecológica da Guanabara - Federal

Instrumento de Criação - Decreto Federal s/n de 15 de fevereiro de 2006.

Área decreto – 2.000 hectares.

Municípios que abrange – Guapimirim e São Gonçalo

Órgão responsável pela UC - IBAMA

Profissional responsável pela UC – Chefe da ESEC - Breno Herrera

Documentos de Planejamento – A UC foi criada recentemente e ainda não possui instrumentos de gestão.

Conselho Consultivo – Inexistente

Parque Nacional da Serra dos Órgãos - Federal

Instrumento de Criação - Decreto Federal nº 1.822 de 30. de novembro de 1939.

Área decreto – Cerca de 10.000 hectares.

Municípios que abrange – Petrópolis, Guapimirim, Magé e Teresópolis Guapimirim e São Gonçalo

Órgão responsável pela UC - IBAMA

Profissional responsável pela UC – Chefe do PARNASO - Ernesto Viveiros de Castro

Documentos de Planejamento – Plano de Ação Emergencial – 1995; Plano Operacional – 2005 (Voltada a Brigada de incêndios); Plano de Manejo – 1980, que está sendo atualizado e será publicado em breve.

PROJETO: “APOIO A CRIAÇÃO DE MOSAICOS DE UCS NO CORREDOR DA SERRA DO MAR”

CONTRATO: INSTITUTO AMIGOS RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA/
CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND (IA-RBMA / CEPF)
Conselho Consultivo – Formado em agosto de 2002 e atuante

Reserva Biológica de Araras - Estadual

Instrumento de Criação - Resolução da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento de 07 de julho de 1977.

Área decreto – Cerca de 2.068 hectares.

Municípios que abrange – Petrópolis

Órgão responsável pela UC – IEF - Rio de Janeiro

Profissional responsável pela UC – Técnicos do IEF - Ricardo Ganen

Documentos de Planejamento – Plano de Manejo em elaboração

Conselho Consultivo – Inexistente

Estação Ecológica do Paraíso – Estadual

Instrumento de Criação - Decreto Estadual nº 9.803 de 12 de março de 1987.

Área decreto – 4.920 hectares.

Municípios que abrange – Guapimirim e Cachoeiras de Macacu

Órgão responsável pela UC – FEEMA

Profissional responsável pela UC – Chefe do Centro de Primatologia – Alcides Piccinatti

Documentos de Planejamento – Plano Diretor

Conselho Consultivo – Inexistente

Parque Estadual dos Três Picos - Estadual

Instrumento de Criação - Decreto estadual nº 31.343 de 05 de junho de 2002.

Área decreto – Cerca de 46.350 hectares.

Municípios que abrange – Teresópolis, Nova Friburgo, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim

Órgão responsável pela UC – IEF - Rio de Janeiro

Profissional responsável pela UC – Chefe do PETP - Flávio Luiz

Documentos de Planejamento – Plano de Manejo em elaboração

Conselho Consultivo – Implantado e em início de atividades

Parque Natural Municipal da Taquara – Município de Duque de Caxias

Instrumento de Criação – Lei Municipal nº 1.157 de 11 de dezembro de 1992.

Área decreto – Cerca de 20.795 hectares.

Órgão responsável pela UC – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias

Profissional responsável pela UC – Chefe do Parque - Vera Lúcia

PROJETO: “APOIO A CRIAÇÃO DE MOSAICOS DE UCS NO CORREDOR DA SERRA DO MAR”

CONTRATO: INSTITUTO AMIGOS RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA/

CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND (IA-RBMA / CEPF)

Documentos de Planejamento – Plano de Manejo elaborado e em utilização

Conselho Consultivo – Em implantação

Parque Natural Municipal da Araponga – Município de São José do Vale do Rio Preto

Instrumento de Criação – Decreto nº 1.653 de 05 de junho de 2006.

Área decreto – Indefinida.

Órgão responsável pela UC – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto

Profissional responsável pela UC – Secretário Municipal de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto - Marco Aurélio Fróes

Documentos de Planejamento – Não possui documentos de planejamento

Conselho Consultivo – Inexistente

Monumento Natural Pedra das Flores – Município de São José do Vale do Rio Preto

Instrumento de Criação – Decreto nº 1.651 de 05 de junho de 2006.

Área decreto – Indefinida.

Órgão responsável pela UC – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto

Profissional responsável pela UC – Secretário Municipal de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto - Marco Aurélio Fróes

Documentos de Planejamento – Não possui documentos de planejamento

Conselho Consultivo – Inexistente

Estação Ecológica Monte das Flores – Município de São José do Vale do Rio Preto

Instrumento de Criação – Decreto nº 1.654 de 05 de junho de 2006.

Área decreto – Indefinida.

Órgão responsável pela UC – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto

Profissional responsável pela UC – Secretário Municipal de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto - Marco Aurélio Fróes

Documentos de Planejamento – Não possui documentos de planejamento

Conselho Consultivo – Inexistente

PROJETO: “APOIO A CRIAÇÃO DE MOSAICOS DE UCS NO CORREDOR DA SERRA DO MAR”

CONTRATO: INSTITUTO AMIGOS RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA/
CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND (IA-RBMA / CEPF)

2. UCS DE USO DIRETO

Área de Proteção Ambiental de Petrópolis - Federal

Instrumento de Criação – Decreto nº 1.654 de 87.561, de 13 de setembro de 1982 e delimitada 10 anos depois, pelo Decreto Nº 527, em 20 de maio de 1992.

Área decreto – 59.872 ha.

Municípios que abrange – Petrópolis, Magé, Duque de Caxias e Guapimirim.

Órgão responsável pela UC – IBAMA

Profissional responsável pela UC – Chefe da APA Petrópolis - Yara Valverde.

Documentos de Planejamento – Plano de Manejo está sendo atualizado, possui Zoneamento de 2002 e Plano de Ação (anual)

Conselho Consultivo – Atuando desde 2000.

Área de Proteção Ambiental de Guapimirim - Federal

Instrumento de Criação – Decreto Federal nº 90.225, de 25 de setembro de 1984.

Área decreto – 13.825 ha.

Municípios que abrange – Guapimirim, Itaboraí, Magé e São Gonçalo.

Órgão responsável pela UC – IBAMA

Profissional responsável pela UC – Chefe da APA Guapimirim - Breno Herrera.

Documentos de Planejamento – Plano Diretor elaborado em 2004.

Conselho Consultivo – Atuando desde 2004.

Área de Proteção Ambiental do Rio Macacu - Estadual

Instrumento de Criação – Lei Estadual nº 4.018, de 05 de dezembro de 2002.

Municípios que abrange – Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Itaboraí e Magé.

Órgão responsável pela UC – FEEMA

Profissional responsável pela UC – Chefe da Divisão de Estudos Ambientais – João Batista.

Documentos de Planejamento – Plano Diretor já elaborado, mas ainda não aprovado.

Conselho Consultivo – Não possui conselho consultivo

APA da Bacia do Frade – Estadual

Instrumento de Criação – Lei Estadual nº 1755, de 27 de novembro de 1990.

Área decreto – Cerca de 7500 ha.

Municípios que abrange – Teresópolis.

PROJETO: “APOIO A CRIAÇÃO DE MOSAICOS DE UCS NO CORREDOR DA SERRA DO MAR”

**CONTRATO: INSTITUTO AMIGOS RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA/
CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND (IA-RBMA / CEPF)**

Órgão responsável pela UC – FEEMA

Profissional responsável pela UC – Chefe da Divisão de Estudos Ambientais – João Batista

Documentos de Planejamento – Não possui.

Conselho Consultivo – Implantado e atuando. Vale ressaltar que este conselho é o mesmo da APA da Floresta do Jacarandá, pois esta UC é muito próxima da APA do Frade, de modo que os atores sociais que atuam em ambas as APAs são praticamente os mesmos.

APA da Floresta do Jacarandá – Estadual

Instrumento de Criação – Decreto Estadual nº 8.280, de 23 de julho de 1985.

Área decreto – Cerca de 2700 ha.

Municípios que abrange – Teresópolis.

Órgão responsável pela UC – FEEMA

Profissional responsável pela UC – Chefe da Divisão de Estudos Ambientais – João Batista.

Documentos de Planejamento – Plano Diretor elaborado e aprovado e em utilização.

Conselho Consultivo – O mesmo conselho existente para a APA da Bacia do Frade.

APA de Macaé de Cima – Estadual

Instrumento de Criação – Decreto Estadual nº 29.213, de 14 de setembro de 2001.

Área decreto – Cerca de 35.037 ha.

Municípios que abrange – Nova Friburgo, Silva Jardim.

Órgão responsável pela UC – FEEMA

Profissional responsável pela UC – Técnico da Divisão de Estudos Ambientais e Presidente do Conselho Consultivo – Eduardo Soares Cruz

Documentos de Planejamento – Não Possui.

Conselho Consultivo – Implantado desde 2005.

APA Guapi-Guapiaçu – Município de Guapimirim

Instrumento de Criação – Decreto Municipal nº 620, de 22 de dezembro de 2004.

Órgão responsável pela UC – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Guapimirim

Profissional responsável pela UC – Chefe da APA Guapi-Guapiaçu e Secretário Municipal de Meio Ambiente de Guapimirim - Maurício Abreu

Documentos de Planejamento – Não Possui.

Conselho Consultivo – Não Possui.

PROJETO: “APOIO A CRIAÇÃO DE MOSAICOS DE UCS NO CORREDOR DA SERRA DO MAR”

CONTRATO: INSTITUTO AMIGOS RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA/
CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND (IA-RBMA / CEPF)

APA Maravilha – Município de São José do Vale do Rio Preto

Instrumento de Criação – Decreto Municipal nº 1.652 de 05 de junho de 2006

Órgão responsável pela UC – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto

Profissional responsável pela UC – Secretário Municipal de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto - Marco Aurélio Fróes

Documentos de Planejamento – Não Possui.

Conselho Consultivo – Não Possui.

RPPN El Nagual

RPPN Fazenda Querência

RPPN Graziela Maciel Barroso

RPPN CEC Tinguá